



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO**

ANDRÉ COSTA LUCENA

**SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: ATIVISMO DIGITAL E REDEFINIÇÃO DO
PAPEL DO ESTADO**

**CAMPINA GRANDE
2015**

ANDRÉ COSTA LUCENA

**SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: ATIVISMO DIGITAL E REDEFINIÇÃO DO
PAPEL DO ESTADO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Graduação
em Direito da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Direito.
Área de concentração: Direito
Internacional

Orientador: Prof. Ms. Milena Barbosa de
Melo

**CAMPINA GRANDE
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L935s Lucena, André Costa.

Sociedade da informação [manuscrito] : ativismo digital e redefinição do papel do estado / Andre Costa Lucena. - 2015.
23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas,
2015.

"Orientação: Profa. Ma. Milena Barbosa de Melo,
Departamento de Direito Privado".

1. Sociedade de informação. 2. Ativismo digital. 3. Estado.
4. Primavera Árabe. 5. Occupy Wall Street. I. Título.

21. ed. CDD 341.757

ANDRÉ COSTA LUCENA

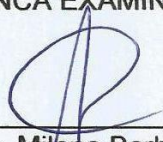
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: ATIVISMO DIGITAL E REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Direito da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.
Área de concentração: Direito Internacional.

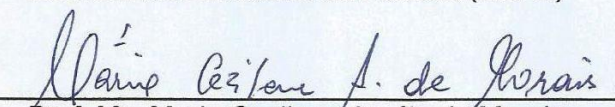
Orientador: Prof. Ms. Milena Barbosa de Melo

Aprovada em: 19/06/2015

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Milena Barbosa de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Maria Cezilene Araújo de Moraes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Elis Formiga Lucena
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: ATIVISMO DIGITAL E REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

André Costa Lucena¹

RESUMO

O presente artigo tem por escopo analisar e discutir a dinâmica da atual sociedade da informação, bem como ponderar acerca de sua influência na redefinição do papel do Estado, das organizações e das empresas. As transformações sociais do início do século XXI permitem os cidadãos utilizarem de ferramentas tecnológicas para promover o ativismo social numa escala global. Discute-se os principais eventos de mobilização social e influência da internet na relação dos cidadãos com Estado, nos últimos anos: a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street e o Wikileaks. A relevância do presente estudo refere-se à importante atuação da sociedade da informação no sentido de cobrar dos Estados, organizações e empresas discursos e posturas mais condizentes com as necessidades da sociedade do nosso tempo. Doutrina, notícias e trechos de entrevistas são as fontes bibliográficas utilizadas, através de uma pesquisa de abordagem do tipo bibliográfica.

Palavras-chaves: Sociedade da informação. Ativismo digital. Estado. Primavera Árabe. Occupy Wall Street. Wikileaks.

INTRODUÇÃO

As mudanças sofridas pela sociedade são constantes desde que o homem passou a organizar-se em grupos sociais. Pelas mais diversas influências, a sociedade tem avançado e retrocedido no curso da história, sofrendo mudanças importantes que refletem os anseios do ser humano. A sociedade pós-industrial, que se reinventa velozmente nos primeiros anos do século XXI, inevitavelmente tem sofrido forte influência do desenvolvimento tecnológico, da presença maciça da internet no dia a dia das pessoas e do surgimento de novos tipos de mídias.

¹ Aluno de Graduação em Direito na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: andre_costa_lucena@hotmail.com

O surgimento e o amadurecimento daquilo que se pode definir como Sociedade da Informação têm relação com as intensas transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX. Nas palavras de Castells (1999), as transformações em direção à sociedade da informação, em estágios avançados nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para as economias menos industrializadas.

Castells (1999) também aponta cinco características fundamentais da sociedade da informação: o fato de a informação ser sua matéria-prima; a alta penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: o predomínio da lógica das redes: a alta flexibilidade que permite modificações por reorganização de componentes aliada à grande capacidade de reconfiguração; e a crescente convergência de tecnologias.

Trata-se de uma sociedade que interage intensamente, sobretudo por meio das tecnologias, e que possui um caráter transnacional, de integração e fluxo de culturas, com crescente perda das identidades locais, fazendo surgir a figura do cidadão global, o sujeito formado a partir da assimilação das mais diferentes culturas e linguagens. As mudanças trazidas pelos avanços tecnológicos e a construção de novos meios de comunicação projetam a informação como elemento primordial, do ponto de vista econômico, político e cultural.

Torna-se fundamental, portanto, enxergar e discutir o papel da sociedade atual, a sociedade da informação, na sua relação com o Estado e com os demais entes sociais. Uma sociedade cujo poder de comunicação e de acesso à informação atingiu patamares nunca antes alcançados, e que por esta razão, tornou-se capaz de mobilizar-se com mais eficiência, e de cobrar dos governos, organizações e empresas um papel mais adequado aos seus anseios.

A metodologia utilizada neste estudo segue os princípios da metodologia bibliográfica. Para a realização deste estudo, foram utilizadas fontes de naturezas distintas, reunindo doutrinas, artigos acadêmicos, bem como fontes retiradas de mídias (artigos de jornais e de sites).

1. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Os diversos modelos sociais criados pelo ser humano, no curso da História, buscaram - cada um à sua maneira – atender às diferentes necessidades humanas. Algumas dessas necessidades, como a moradia, o convívio com outros entes sociais e a necessidade de alimentação, por exemplo, são universais e sempre nos acompanhou. Outras, entretanto, foram surgindo à medida que a dinâmica social tornou-se mais complexa, como o acesso à informação e ao conhecimento, a representação política e as relações de trabalho, por exemplo.

Fatores externos, como a descoberta de novos territórios, a religião e as guerras também foram determinantes para que o homem, da Antiguidade até a atualidade, remodelasse sua ideia de sociedade e criasse diferentes formas de organização, com falhas e acertos que nos trouxeram aos dias de hoje.

Após o século XX, um período da História marcado pelas grandes guerras mundiais e, no seu final, pelo massivo desenvolvimento dos meios de comunicação e a ampliação do acesso à internet; o ser humano inicia o século XXI a partir de uma dinâmica social nunca antes experimentada: uma sociedade cuja noção de fronteiras praticamente inexistente, na qual os indivíduos, por meio da internet e das mídias, possuem um poder de opinar e decidir que jamais teve, formando uma aparente cadeia global de seres humanos que ainda não fixou sua própria identidade, mas que demonstraram o enorme poder que o fluxo de culturas, informações e questionamentos pode ter. Seres humanos, portanto, que se desenvolvem a partir de uma noção de ultra-conexão entre si, capaz de redefinir suas relações com a sociedade, a natureza e os Estados.

A ideia de reunir-se em comunidade sempre acompanhou o ser humano. Segundo Couto e Fonseca (2005, p. 53), o conceito de comunidade remonta aos “primórdios da humanidade, considerando-se que o homem sempre buscou se associar a outros da sua espécie para suprir as diversas

necessidades de sobrevivência (proteção mútua, convívio social, diversão, procriação e cuidado da prole)”

Castells (1999), ainda que não traga uma definição completa desse modelo inédito de sociedade, explica o impacto das tecnologias na dinâmica social de hoje:

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso (CASTELLS, 1999, p. 50).

À sociedade dos dias atuais, sobretudo a que se constitui na maioria dos países ocidentais, além dos países orientais cujo desenvolvimento econômico é mais avançado, atribui-se o nome de Sociedade da Informação. Esse termo surge nas discussões acadêmicas em substituição à ideia de Sociedade Pós-Industrial. Designa uma forma de organização social, econômica e cultural cuja matéria-prima primordial é a aquisição, o armazenamento, o processamento e a transmissão da informação.

Para Takahashi (2000, p. 5), “a sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico”.

Afirmar que o acesso à informação e ao conhecimento modela uma sociedade, no entanto, não é de exclusividade da sociedade atual. Conforme assegura o sociólogo espanhol Manuel Castells (1999):

Na verdade, conhecimento e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. (CASTELLS, 1999, p. 50)

Ainda para Castells, a nova dinâmica da sociedade da informação possui algumas características principais, das quais citamos:

1. a informação é sua matéria-prima;

2. os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade;
3. predomínio das lógicas de redes;
4. flexibilidade;
5. crescente convergência das tecnologias.

A diferença entre o modelo de sociedade do começo do século XXI e os demais modelos sociais do passado não está no fato de que, atualmente, a informação tenha se tornado mais valiosa ou crucial, mas no fato de que o desenvolvimento tecnológico permitiu aos indivíduos de hoje um poder de comunicação nunca antes experimentado na história da humanidade, com a conseqüente disseminação da informação por várias mídias diferentes, com acesso imediato em praticamente todos os lugares do planeta.

Se esse novo modelo representa um avanço ou um retrocesso, ou se constituiu uma sociedade mais igualitária e harmoniosa, é questão que veremos adiante. Por ora, aceitemos o fato de que é possível falar, ainda que essa não seja uma verdade completa, no termo Sociedade Global, constituída por cidadãos globais, que interagem e manifestam-se de maneira contundente pelos meios tecnológicos, e que não mais concebem as ideias de fronteiras, de governos e de Estados como antes.

Essa sociedade da informação, de caráter global, já demonstrou que os diversos atores sociais estão encarregados de novas responsabilidades e inevitavelmente deverão rever as suas atuações. Governos, organizações e empresas deverão encarar uma sociedade com maior poder de organização e expressão, em grande parte adquiridos através do ativismo por meio das redes sociais, como o Twitter e o Facebook. As redes sociais, no nosso entendimento, representam pontos de evolução do espaço público, uma vez que permitem que os indivíduos manifestem suas posições políticas e intelectuais, de forma que todos os entes sociais precisam estar atentos a esse fato. Eventos como a Primavera Árabe, o Wikileaks e o Occupy Wall Street, que trataremos adiante, foram pioneiros no sentido de provar que a atual sociedade da informação é capaz de derrubar ditaduras e cobrar de

maneira mais organizada e contundente uma atuação estatal e institucional que beneficie a sociedade como um todo, na prática.

Embora o mundo atual seja marcado pela supremacia de sistemas políticos e econômicos (democracia e capitalismo) em quase todo o mundo, tal fato não significa que a sociedade da informação mantenha uma postura passiva em relação à possibilidade e desejo de mudanças, ou mesmo que seja marcada por indivíduos cuja capacidade de questionamento e engajamento político, social e intelectual seja de menor alcance. Na verdade, vivemos o contrário disso. No plano do desenvolvimento, uma sociedade com tamanho poder de informar-se e comunicar-se é capaz de viabilizar uma maior cobrança por políticas públicas mais eficientes e impactantes, que possam suprir as demandas dessa mesma sociedade, de tamanha complexidade, contradição e marcada por incertezas.

O ponto principal do qual partimos segue os seguintes questionamentos: de que maneira os governos, os entes estatais, o direito, as organizações e as empresas devem modificar seus modelos de atuação para que possam dialogar de maneira verdadeiramente justa com uma sociedade com tamanho poder de comunicação e exigência? Como distinguir o privado do público num contexto de realidade virtual, na qual as relações caracterizam-se, principalmente, pela efemeridade e pela busca de um bem estar imaginário? Ainda: como se estabelecem as fronteiras numa sociedade cujo fluxo de culturas e idéias já não permite enxergá-las como antes?

1.2. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E O ESTADO

Do ponto de vista do Estado, o armazenamento e o processamento da informação têm por objetivo a manutenção de sua soberania e do seu poder. Conforme Bourdieu (1983):

O Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção [exército e polícia], capital econômico, capital cultural, isto é, informação e capital simbólico [...], sendo a concentração desses tipos de capital [...] o capital propriamente estatal. (BOURDIEU, 1983, p. 99).

Na concepção de José Maria Jardim (1998), Estado e informação constituem fenômenos históricos entrecruzados, uma relação de mutualidade:

O Estado moderno constitui-se numa das maiores e mais importantes fontes de informação. Seu complexo funcionamento relaciona-se diretamente com a sua ação produtora, receptora, ordenadora e disseminadora de informações. (JARDIM, 1998, p. 69)

No momento em que a sociedade civil dispõe de maior acesso à informação, quanto da soberania do Estado ainda permanecerá intacta? O poder estatal ainda pode se colocar como absoluto frente a uma sociedade provida de maior acesso à informação e poder de mobilização?

Castells (1999) discorre sobre a nova disposição das relações do Estado com os demais atores sociais. Segundo o sociólogo espanhol, a nova fórmula política-institucional constitui-se naquilo que chama de Estado-Rede:

Caracterizado pela redistribuição de competências e recursos de coordenação entre distintos atores, jurisdições e níveis institucionais e organizacionais, governamentais e não-governamentais, chamados a compor os processos decisórios contemporâneos. As novas tecnologias de comunicação e informação forneceriam os meios para manter ativas as relações entre os agentes e as instituições envolvidos nas novas cadeias decisórias e acionais, com diversas modalidades de complexidade e extensão: locais, regionais, transnacionais (CASTELLS, 1999, p. 77).

Para o Estado, a sociedade da informação deve representar o desafio para o desenvolvimento de um novo arranjo social, político e econômico. De maneira ordenada e com o olhar lançado para as demandas do século XXI, é preciso que haja profunda revisão nas legislações, sejam de ordem civil, penal, trabalhista ou comercial, afim de que seja efetivamente possível que o direito vá de acordo com os novos comportamentos emergidos de uma sociedade informacional.

No que se refere à educação, o advento das tecnologias criou dois cenários contraditórios: uma enorme oportunidade de inovação e melhoria do ensino público e, simultaneamente, um sistema excludente, no qual forçosamente caminhará para beneficiar somente aqueles indivíduos cujo acesso à tecnologia é possível. Este segundo cenário, evidentemente, não

poderá concretizar-se. Desta forma, para que a promoção do ensino público possa atender às demandas da sociedade da informação, é preciso que se haja no sentido de aliar qualidade no ensino com o desenvolvimento de modelos que permitam que a todos seja possível a utilização de mecanismos tecnológicos para educação.

No campo político, parece-nos inevitável que as atuais estruturas políticas venham a falir, se já não houverem falido, bastando perceber que as mobilizações sociais realizadas por meio de mídias como o Facebook e o Twitter, por exemplo, forçarão os governos a buscarem novos mecanismos de fazer a política, caminhando para um cenário em que a participação da sociedade civil possa realizar-se de maneira plena.

Um modo de fazer política no qual os representantes abusam da incapacidade informacional da maioria da população para a promoção de medidas que não visam o benefício dessa mesma população choca-se violentamente com o surgimento de uma sociedade mais bem informada, e cria o fenômeno da crise de representatividade tão típica dos nossos tempos, não apenas no Brasil.

2. PRIMAVERA ÁRABE

No final do ano de 2010, na Tunísia, o jovem Mohammed Bouazizi promoveu uma autoimolação em razão da retirada, por parte do governo de seu país, da barraca de legumes que servia como seu único meio de sobrevivência. Esse fato foi o estopim para o início de sucessivas revoltas, por parte de grupos tunisianos, tendo posteriormente se espalhado por todo o norte da África e do Oriente Médio.

O fenômeno, de proporções supranacionais, ficou conhecido como Primavera Árabe e colocou em cheque o futuro político de diversos Estados, derrubando ditaduras que se sustentavam há décadas. Uma das principais características da Primavera Árabe é que os cidadãos que vão às ruas protestar e apresentar resistência civil organizam-se por meio da Internet, através de mídias como Facebook, Twitter e Youtube, afim de comunicar a sociedade civil e à comunidade internacional sobre as condições da vida dos

seus países, a permanente repressão e a censura. O descontentamento de grande parte da população em relação à submissão de regimes autoritários em países como Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Argélia e Líbia, por exemplo, já era bastante grande. Porém, as informações difundidas por meio de mídias sociais intensificaram as manifestações.

Os países envolvidos na Primavera Árabe possuíam características em comum, como a presença de Estados de regimes fechados, inexistência do sistema democrático e índices elevados de corrupção. O grande descontentamento, em paralelo com o compartilhamento dos acontecimentos em tempo real – por meio da internet – rompeu as fronteiras físicas e permitiu que a Primavera Árabe tomasse uma proporção internacional, em efeito cascata.

Pavlik (2011) sustenta que as tecnologias trouxeram profundas mudanças para o jornalismo – e este sempre sustentou um importante papel nas democracias – sobretudo, no sentido de permitir maior transparência nas informações e a efetiva participação civil por meio da internet, fatores que influenciaram os acontecimentos da Primavera Árabe. Afirma Pavlik:

Esta história de sinergia entre as mídias sociais e a transparência online na Primavera Árabe continuou na Síria, na Líbia e em outros lugares na região. No Egito, as autoridades tentaram acabar com os distúrbios ao cortar o serviço da Internet. Ironicamente, esta ação poderá ter alimentado ainda mais a revolta, ao tornar os cidadãos mais raivosos (PAVLIK, 2011, p. 15).

O ativismo social, cuja expressão máxima ainda se revela nas manifestações, comícios e greves, adquiriu, no desenvolver da sociedade da informação, a participação da sociedade através das ferramentas das mídias sociais. Gladwell (2010) reconhece que as mídias sociais reinventaram o ativismo social. Nas palavras do autor, com o surgimento do Facebook e do Twitter, “tornou-se mais fácil aos desemponderados colaborar, coordenar e dar voz às suas preocupações”. No entendimento do autor, vivemos uma situação em que “onde os ativistas eram definidos por suas causas, agora são definidos pelas suas ferramentas (tradução livre)”.

Entendemos que o fato de uma sociedade manifestar-se contra o status-quo é algo que historicamente sempre ocorreu, e tal fato precisa ser

compreendido como um fenômeno social positivo e útil. Não se trata de um comportamento exclusivo dos dias atuais, da sociedade da informação. Ocorre, porém, que com o maior poder de comunicação da sociedade atual, o ativismo social ganha força, e os Estados precisam rever suas práticas, nesse sentido. As mobilizações realizadas por meio das mídias sociais não substituem as manifestações nas ruas – o que seria um contra-senso inconcebível – mas colabora para o ativismo da sociedade, como um todo; ampliando seus limites e potencializando seus efeitos.

As redes sociais, como fonte de informação e espaço para fluxo de ideias, exploram o poder das conexões com agilidade nunca antes experimentada. Segundo Pavlik (2011):

Com um bilhão de pessoas usando as mídias sociais e uma estimativa de cinco bilhões de telefones celulares em uso no mundo inteiro[dados de 2011 do Banco Mundial] o potencial impacto cumulativo das mídias móveis noticiosas e sociais na democracia é profundo. As provas sugerem que esta tão espalhada tecnologia digital poderia promover não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a participação política onde outra infraestrutura fica limitada (PAVLIK, 2011, p. 111).

O uso da internet foi impactante para a Primavera Árabe, e o ativismo social nas ruas manteve-se intenso. Vejamos que, no Egito, houve o desligamento da internet entre 25 de janeiro e 02 de fevereiro de 2011, tendo provocado a reação contrária prevista pelas autoridades. Sem acesso à internet, as pessoas sentiram-se estimuladas a saírem às ruas, intensificando os protestos. De fato, não se trata de uma sociedade que criou um modelo novo de ativismo social, mas que encontrou na alta capacidade informacional e comunicacional que tem um instrumento de enriquecimento das atividades sociais.

Com a derrubada de governos como o da Tunísia, Líbia, Egito e Iêmen; mudanças governamentais em países como Marrocos, Jordânia e Kuwait; além de protestos com menores repercussões na Arábia Saudita, Iraque, Argélia e Líbano; a Primavera Árabe continua. Além da forte mobilização pela internet, esse fenômeno também é marcado pela ausência de uma grande liderança mobilizadora e de uma causa específica, revelando-

se como uma extrema insatisfação com o status-quo. O filósofo esloveno Slavoj Žižek (2010) disserta:

É importante reconhecer que os que protestam não visam a nenhum objetivo 'real' identificável. Os protestos não são, 'realmente', contra o capitalismo global, nem 'realmente' contra o fundamentalismo religioso, nem 'realmente' a favor de liberdades civis e democracia, nem visam 'realmente' qualquer outra coisa específica. O que a maioria dos que participaram dos protestos 'sabem' é de um mal-estar, de um descontentamento fluido, que sustenta e une várias demandas específicas. A luta para entender os protestos não é luta só epistemológica, com jornalistas e teóricos tentando explicar seu 'real' conteúdo: é também luta ontológica pela própria coisa, o que esteja acontecendo dentro dos próprios protestos. É apenas luta contra governo corrupto? É luta contra governo islâmico autoritário? É luta contra a privatização do espaço público? A pergunta continua aberta. E de como seja respondida dependerá o resultado de um processo político em andamento. (ŽIŽEK, 2010, p. 2)

Dessa forma, percebemos que a ausência de uma liderança evidente e de uma causa específica nos protestos da Primavera Árabe revelam a insatisfação generalizada da população, demonstrada no momento em que se vai às ruas, ainda que não implique uma luta especificamente direcionada, mas uma maneira de demonstrar a impossibilidade de continuar com os regimes ditatoriais.

3. OCCUPY WALL STREET

Inspirado nas manifestações da Primavera Árabe, o movimento Occupy Wall Street surgiu como forma de protesto contra as desigualdades sociais e a influência das empresas – sobretudo dos agentes do mercado financeiro – na condução da política dos Estados Unidos, gerando a crise econômica de 2008.

Iniciado em setembro de 2011, no Zuccotti Park, em Manhattan, o movimento objetiva denunciar não somente a desigualdade econômica nos Estados Unidos, mas, sobretudo, as condutas do mercado financeiro que conduziram à crise financeira de 2008, cujas conseqüências foram sentidas, sobretudo, por aqueles que não participam diretamente do mercado financeiro. O lema "We are 99%" ("Nós somos os 99%"), refere-se à enorme maioria da população que sofreu de maneira mais aguda os efeitos da crise econômica, fruto do comportamento ganancioso e corrupto do 1% mais rico

(agentes do mercado financeiro), e a ausência de medidas legais por parte do governo americano.

Da mesma maneira que a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street teve início e ganhou forte repercussão devido ao uso das mídias eletrônicas e redes sociais. O site do OWS (occupywallst.org) descreve-o como:

Um movimento de resistência, sem liderança, "com pessoas de muitas cores, gêneros e opiniões políticas. A única coisa que todos temos em comum é que nós somos os 99% que não vão mais tolerar a ganância e a corrupção de 1%. Estamos usando a tática revolucionária da Primavera Árabe para alcançar nossos fins e encorajar o uso da não violência para maximizar a segurança de todos os participantes. Este movimento #OWS dá poder a pessoas reais para criar uma mudança real, de baixo para cima. Queremos ver uma assembléia em todo quintal, toda esquina, porque nós não precisamos de Wall Street e não precisamos de políticos para construir uma sociedade melhor. (OWS, 2011, p. 1)

Grande parte da difusão inicial do OWS deve-se ao grupo Anonymous, que contribuiu para que as ideias fossem difundidas rapidamente pela internet. Tal qual a Primavera Árabe, o OWS utiliza das redes sociais para a realização de pesquisas de opinião e assembléias em tempo real. Outra característica em comum dos movimentos promovidos pela internet é a ausência de uma liderança, nos moldes tradicionais das manifestações em massa.

O uso de ferramentas como o YouTube, por exemplo, tem sido fundamental não apenas para o Occupy Street e a Primavera Árabe, como em todos os movimentos sociais, de menor ou maior alcance, uma vez que permite que, por meio de vídeos que rapidamente atingem um alto número de visualizações, sejam denunciados os abusos promovidos pelas autoridades, como os casos de violência desmedida da polícia. Da mesma maneira, também serve como um canal de denuncia contra condutas inadequadas dos próprios manifestantes, como nos casos de agressão e destruição do patrimônio público.

No entanto, reforçamos que a relação entre internet e movimentos sociais necessita desenvolver-se no sentido da complementaridade, de forma que o fortalecimento dos sistemas democráticos deverá passar pelo cenário em que os cidadãos utilizem da internet como instrumento para os

movimentos sociais, e não em substituição a este. O ativismo meramente “digital” não deve substituir os movimentos nas ruas. Em entrevista, o criador do Occupy Wall Street, Micah White (2011), analisa a relação entre internet e movimentos sociais, alertando:

Nos estágios iniciais, a internet foi muito importante para os movimentos sociais. Contudo, com o tempo, a internet passou a ser prejudicial porque as coisas começaram a parecer melhor na internet do que na vida real. Com o Occupy foi assim. O protesto parecia melhor no Facebook do que ele era nas ruas. Isso é negativo porque as pessoas começam a preferir a experiência online à do mundo real. Por isso, é uma faca de dois gumes. A internet é uma arma, que não está totalmente sobre o nosso controle, e que é muito difícil de usar. (WHITE, 2011, p. 2)

No que se refere ao papel da internet na promoção e comunicação dos movimentos sociais, o criador do OWS (2011) diz:

Eu acho que o papel da internet é espalhar emoções contagiantes. Se olharmos para a Primavera Árabe e o Occupy Wall Street parece que o gatilho do movimento foi uma sensação que se espalhou pelo mundo inteiro e era uma sensação de basicamente perder o medo. Pessoas diziam “eu não me importo, este é o momento” e iam às ruas. Isso é o que as redes sociais fazem: elas nos permitem transferir essa sensação para o mundo todo. O outro poder é nos permitir inovar nossas táticas em tempo real. A partir do momento em que pessoas vêm algo nosso surgir em um lugar, elas podem reproduzi-lo em outro. Foi assim com o Occupy Wall Street. (WHITE, 2011, p. 2)

Do seu surgimento até os dias de hoje, o movimento perdeu em expressão, embora tenha conseguido ampliar o debate político nos Estados Unidos, país em que a cultura de manifestações sociais, seja pelos modos de atuação do Estado, seja mesmo pelo processo de formação da sociedade americana, é escassa.

4. WIKILEAKS E O ACESSO À INFORMAÇÃO

Lançado em 2006, na Suécia, o Wikileaks é uma organização internacional fundada pelo jornalista Julian Assange. A plataforma wikileaks.org publica documentos, imagens e informações confidenciais de governos e empresas no que se refere à corrupção, violação dos direitos humanos e crimes de guerra, além de temas cruciais sobre espionagem e invasão de privacidade. No nosso entendimento, a atuação do Wikileaks é revolucionária no sentido de cobrar dos governos, organizações e empresas

uma nova postura frente à sociedade da informação. Além disso, o Wikileaks tem se revelado como a expressão máxima do ativismo social por meio da internet.

A manutenção do poder político e econômico dos governos e das empresas através dos mais diversos instrumentos é uma conduta secular. Entretanto, no que se refere à internet, o Wikileaks tem revelado que esse instrumento, ao invés de garantir a manutenção e expansão do poder dos governos e das empresas, pode colocá-lo em cheque, uma vez que seu poder de transparência expõe o comportamento de corrupção desenfreada das autoridades. Uma vez que a sociedade tem acesso a essas informações – de maneira instantânea e direta – sua postura passa a ser de permanente cobrança.

A repercussão mundial das atividades do Wikileaks deve-se, principalmente, à divulgação de documentos secretos do exército norte-americano, revelando a morte de milhares de civis na guerra do Afeganistão, por parte de militares americanos. Ainda, o Wikileaks divulgou a coleção *Iraq War Logs* (Registros da Guerra do Iraque), com milhares de relatórios do exército americano em relação à Guerra do Iraque. Segundo esses relatórios, houve 109.032 mortes na guerra do Iraque, dos quais 66.081 (em torno de 60%) civis. Esse foi o maior vazamento na história militar dos Estados Unidos.

A atuação do Wikileaks é um reflexo de parte da sociedade em que vivemos, e naquilo que compreendemos por sociedade da informação. Utilizar as tecnologias da internet para a revelação da verdade. Para isso, cria um embate complexo e jamais resolvido: a liberdade de expressão e o direito dos cidadãos para o conhecimento das informações verdadeiras pode ser freado em nome da segurança e da manutenção das estruturas dos Estados? O argumento da maioria dos Estados, sobretudo o americano, é de segurança nacional. Porém, caso assim o fosse, a manutenção da segurança nacional deveria pressupor um Estado cuja atuação não fosse fraudulenta. Não é o caso do Estado americano, nem da maioria dos Estados, sobretudo o brasileiro.

A ideia ocidental de “liberdade condicionada”, no nosso entendimento, trata-se apenas de um argumento falho que busca inibir a atuação da sociedade em busca da verdade e da transparência. Sobre a questão da liberdade no território americano, Zizek (2014) reflete:

Em um país como a China, as limitações da liberdade são claras para todos, sem ilusões. Nos Estados Unidos, no entanto, as liberdades formais são garantidas, de modo que a maioria das pessoas vive sem nem sequer estar conscientes do quanto são controladas por mecanismos estatais. [...] Não ficamos apenas conscientes de muita coisa das atividades ilegais dos EUA e de outras grandes potências. O WikiLeaks tem conseguido muito mais: milhões de pessoas comuns tornaram-se conscientes da sociedade em que vivem. Algo que até agora nós tolerávamos silenciosamente tornou-se problemático. (ZIZEK, 2014, p. 1)

A necessidade dos Estados em manter as chamadas “informações secretas” em nome daquilo que consideram “segurança nacional”, as quais o Wikileaks e a imprensa independente busca revelar, na verdade trata-se muito mais de uma necessidade de esconder a corrupção, a fraude e os meios, na maioria das vezes inescrupulosos, que os Estados, organizações e empresas utilizam para a manutenção dos seus poderes. A História tem provado que uma imprensa forte e preocupada com a verdade – longe dos sensacionalismos e dos interesses privados – colabora de maneira crucial para a sociedade democrática. A sociedade a qual fazemos parte e que possui maior acesso à informação tem reunido instrumentos importantes para o desenvolvimento real da democracia.

CONCLUSÃO

A sociedade da informação desenvolve-se no plano global e encontra-se atrelada aos avanços tecnológicos. Essa característica coloca esse modelo de organização social no patamar de alta complexidade, e faz surgir novas necessidades humanas. Portanto, um redesenho institucional que permita os Estados, organizações e empresas dialogarem de maneira mais convincente e concreta com essa sociedade não apenas é fundamental, mas urgente. O modelo clássico de Estado não deverá prevalecer nesse contexto.

A atual organização social, por depender intimamente do desenvolvimento tecnológico, tende a progredir – em complexidade e quantidade de atores sociais – numa velocidade ainda maior nas próximas

décadas. A capacidade de exigir melhorias dos governos é uma mais-valia, e provou que não há mais espaço, na estrutura global informacional, para governos Ditatoriais, para estruturas políticas que visam limitar a liberdade de expressão e restringir os direitos dos cidadãos.

Além do plano teórico, percebe-se que a mobilização social, pelo ganho de expressão através das mídias sociais, continuará a evoluir no plano prático. Desta forma, será ainda mais comum a existência de eventos de mobilização social de maior expressão, organizados via internet, com a presença de pessoas e entidades dos mais diferentes lugares.

As estruturas jurídicas dos Estados, em geral, deverão caminhar no sentido de acompanhar essas dinâmicas. A reestruturação do modelo antigo de Estado é perceptível, e deverá sê-lo ainda mais.

Entretanto, deve-se reconhecer e buscar encontrar meios de superar o fato de que a sociedade da informação, embora progredida de maneira rápida e sustentável, está longe de alcançar a universalidade. Mesmo os países de economia desenvolvida ainda carecem, em diferentes estágios de acesso pleno à internet, de melhor fluxo de informação e de conhecimento. Países do centro da África, de parte do Oriente e mesmo uma parcela importante da América Latina têm grande parte da população com baixo índice de educação, pouco acesso à informação e mínima promoção da internet. Além disso – e principalmente – em pleno século XXI ainda há países que restringem a liberdade de expressão da população.

O ativismo social em busca da conquista de direitos é atividade secular e promoveu diversos avanços nas estruturas sociais, ao longo da História. A sociedade da informação não é pioneira nesse sentido, porém, possui recursos tecnológicos importantes para promover as mobilizações em grande escala, o que poderá permitir que o século XXI seja marcado como o período em que a informação seja o capital mais valioso da sociedade, capaz de derrubar estruturas governamentais arcaicas e permitir que a liberdade dos cidadãos vença, definitivamente, o totalitarismo.

INFORMATION SOCIETY: DIGITAL ACTIVISM AND REDEFINITION OF THE STATE'S ROLE

ABSTRACT

This article pretends to examine and discuss the dynamics of the current Information Society, and discuss about influence of it, to redefining the role of the State, organizations and businesses. The social changes of the early twenty-first century allow citizens to use technological tools to promote social activism on a global scale. Proposes to argue the main events of social mobilization and influence of the Internet on the relationship between citizens and the State in recent years: the Arab Spring, the Occupy Wall Street and Wikileaks. The relevance of this study refers to the important act of the information society and more consistent with the stances of our time society's needs. Doctrine, news and excerpts from interviews will be the bibliographical sources used, through an approach of research biographical literature.

KEYWORDS: Information Society. Digital activism. State. Arab Spring. Occupy Wall Street. Wikileaks.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. In. Pierre Bourdieu. ORTIZ, R. (org.). São Paulo: Ática, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Editora Paz e Terra, v. 1, 1999.

DAVIES, N. **Iraq war logs: secret files show how US ignored torture**. 2010. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2010/oct/22/iraq-war-logs-military-leaks>. Acessado em: 04/06/2015

FONSECA, Daisy e COUTO, Edvaldo. **Comunidades virtuais: herança cultural e tendência contemporânea**. In: PRETTO, Nelson. **Tecnologia e novas Educações**. Coleção educação, comunicação e tecnologias. Volume I. Salvador: Edufba, 2005.

GLADWELL, Malcolm. **Small Change: The Revolution will not be televised.** The New Yorker. October 4, 2010. Disponível em: <http://www.newyorker.com/reporting/2010/10/04/101004fa_fact_gladwell>.

JARDIM, José Maria. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil:** usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1998.

PAVLIK, John V. **A tecnologia digital e o jornalismo: As implicações para a Democracia.** Brazilian Journalism Research, 2011, Vol.7(2), p. 94.

OWS, disponível em: www.occupywallst.org. Acessado em: 02/06/2015

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: Livro verde.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

ZIZEK, S. **A caminho de uma ruptura global.** *London Review of Books*, Londres, v. 47, número 3, 2010. Acessado em: 09/06/2015: <<http://outraspalavras.net/posts/zizek-a-caminho-de-uma-ruptura-global/>>

ZIZEK, S. **Dois anos da prisão de Assange: Como o Wikileaks abriu nossos olhos para a ilusão da liberdade.** Blog da Boitempo, São Paulo, v 13, 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/20/zizek-2-anos-de-prisao-de-assange-como-o-wikileaks-abriu-nossos-olhos-para-a-ilusao-da-liberdade/> Acessado em 29/05/2015.